

**PRODUÇÃO DO ESPAÇO HISTÓRICO-CULTURAL DE CAMPO MOURÃO (PR)
BRASIL: UM ESTUDO DE SUAS PRAÇAS CENTRAIS***

**PRODUCCIÓN DEL ESPACIO CULTURAL DE CAMPO MOURÃO/PR: UN ESTUDIO
DE SUS PLAZAS CENTRAIS**

**PRODUCTION AREA HISTORICAL-CULTURAL OF CAMPO MOURÃO/ PR: A STUDY
OF ITS CENTRAL SQUARES**

Marcos Clair BOVO

Professor adjunto do Curso de Geografia da Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.
Líder do Grupo de Estudos Urbanos da FECILCAM (GEURF).
mcbovo@yahoo.com

Thiago Bocon ANDRADE

Graduado em Geografia Pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão.
Membro do Grupo de Estudos Urbanos da Fecilcam (GEURF).
thiago_andrade28@msn.com

Resumo: As praças, enquanto espaços livres e públicos, desde tempos remotos constituíram-se como referenciais urbanos, sendo marcadas pela convivência humana e pelo fato de serem áreas verdes, muitas vezes, evidenciadas no centro das cidades. Tendo em vista a importância desses logradouros, a pesquisa tem como objetivo conhecer a história de duas praças de Campo Mourão/PR que marcaram os primórdios de surgimento da própria cidade: a Praça São José e a Praça Getúlio Vargas. Na investigação adotamos o método geográfico proposto por Milton Santos (1997), que considera quatro categorias de análise: *estrutura, processo, forma e função*.

Palavras-chave: Praças, Planejamento Urbano, Espaços Públicos, Espaço-Tempo.

Resumen: Las plazas, espacios públicos son importantes referencias urbanas viejos y las marcadas por las relaciones humanas y el hecho de que son áreas verdes mucho frecuencia en los centros urbanos. Dada la importancia de estos espacios públicos, la búsqueda tiene como objetivo conocer la historia de dos plazas de Campo Mourão / PR que marcó los inicios de la aparición de la propia ciudad: Plaza São José y Plaza Getúlio Vargas. En la investigación que hemos adoptado el metodología sugerido por geógrafo Milton Santos (1997), que considera cuatro categorías de análisis: *estructura, proceso, forma y función*.

Palabras clave: Plazas, Urbanismo, Espacios Públicos, Espacio-Tiempo.

Abstract: The squares, while public spaces, since ancient times constituted as urban references, and marked by human relations and that they are green areas inserted in the center of cities. Given the importance of these public spaces, the search aims to know the story of two squares of Campo Mourão / PR that marked the beginnings of the emergence of the city itself: the São José Square and Getúlio Vargas Square. In the investigation we adopt the geographic method proposed by Milton Santos (1997), which considers four categories of analysis: *structure, process, form and function*.

Keywords: Square, Urban Planning, Public Spaces, Space-time.

* Pesquisa desenvolvida junto ao Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar – NUPEM. Financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa e desenvolvimento (CNPQ).

1. Introdução

Para iniciarmos a nossa discussão apresentamos o conceito de área verde elaborado por Lima et al. (1994), Cavalheiro (1992) e também já utilizado por Nucci (2001). Esses autores conceituam áreas verdes como

Espaços livres de construção onde o elemento fundamental de composição é a vegetação que juntamente com o solo permeável, deve ocupar no mínimo 70% da área. Incluem as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas, os trevos e rotatórias permeáveis das vias públicas e áreas que exercem funções estéticas e ecológicas, são conceituados como área verde (p. 108).

Como mencionado, entre os espaços que na cidade podem se constituir como áreas verdes destacam-se as praças, aqui entendidas como espaços livres e públicos cuja principal função é o lazer, podendo não ser áreas verdes, quando não têm vegetação e encontram-se impermeabilizadas (LIMA et al. 1994). Neste sentido, a praça como espaço público constitui-se, desde os seus primórdios, como um referencial urbano marcado pela convivência humana, por isso é um importante equipamento histórico e cultural urbano que expressa o surgimento e o desenvolvimento de inúmeras cidades, especialmente no Brasil.

Para Segawa (1996, p. 31), “a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental urbano”.

As praças, ao contrário do que muitas vezes se pensa, constituem formas espaciais que, se resgatadas, possuem uma origem bastante longínqua, remetendo-se especialmente às ágoras das cidades gregas e aos fóruns romanos.

De símbolo de liberdade (a ágora ateniense era o lugar onde não só era possível fazer reuniões, mas também onde cada um podia dar sua própria opinião) a símbolo de poder (o fórum romano era local de comércio e de política popular), fórum e ágora traduzem necessidade passada – perpetuada até hoje – de se ter um espaço onde fosse possível reunir-se, comerciar, debater ideias, assistir a jogos e representações, ou simplesmente ocupar a ociosidade do tempo. Antes de tudo, eram espaços onde os homens exerciam sua cidadania, públicos que eram. (De ANGELIS, 2000, p.41).

Atualmente o termo praça implica inúmeras definições, por parte tanto do poder público quanto de pesquisadores e técnicos, tendo-se em vista a amplitude e variedade de ideias de diversos estudiosos; no entanto a característica de constituir um espaço público é um ponto de convergência entre os que tentam conceituá-la.

Os pesquisadores Robba e Macedo (2002, p. 17), ao realizarem o estudo das praças brasileiras, consideram as premissas básicas ao elaborar um conceito para esses espaços: uso e acessibilidade. Concordamos com esses autores quando conceituam praças como “espaços livres urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”.

É importante observar que esse conceito foi elaborado tendo-se em vista as características das praças contemporâneas, embora ele não desconsidere o caráter de sociabilidade que sempre foi intrínseco às funções da praça. Desta forma descarta-se a possibilidade de enquadrar como praças canteiros centrais, rotatórias, pequenos espaços gramados ou qualquer outro espaço público que não ofereça condições de lazer ou acessibilidade à população.

A praça representa também uma das mais fortes expressões sob as quais se constitui a cultura urbana de uma dada comunidade, confluindo-se como localidade de destaque pela possibilidade de permitir o encontro e a convivência. Dessa forma, “a importância de uma cidade, avaliada a sua dimensão social e humana, é proporcional aos atributos urbanos de suas praças e aos predicados arquitetônicos das edificações que a delimitam” (CASÉ, 2000 *apud* GOMES, 2007, p.3).

No caso do nosso país, as praças surgiram no entorno das igrejas e constituíram os primeiros espaços livres públicos urbanos. Assim, atraíam as residências mais luxuosas, os prédios públicos mais importantes e o principal comércio, além de servirem como espaços de convivência da comunidade e como elo desta com a paróquia.

É neste contexto que afirma Marx (1980, p. 50):

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo, aos adros das nossas igrejas. Se tradicionalmente essa dívida era válida, mais recentemente a praça tem sido confundida com jardim. A praça como tal, para a reunião de gente e para um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui e ali, na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígio social. Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores.

Neste sentido, ao longo da história urbana brasileira as praças desempenharam papéis diferenciados na sociedade. Esses logradouros se destacavam nas cidades pelas funções que exerciam – ora cívicas, ora militares. “Durante muito tempo, funções como essas deram o significado desses espaços públicos, tidos como símbolos do poderio estatal e religioso, conforme afirma Marx (1980, p. 54), uma igreja, uma praça; regra geral nas nossas povoações antigas”.

A função militar praticamente desapareceu das praças brasileiras. Atualmente, salvo algumas exceções, essa função foi transferida para grandes eixos de circulação, como as destacadas

avenidas, principalmente nas grandes aglomerações urbanas. Em outros tempos, “no âmbito estreito das cidades, os logradouros públicos mais amplos eram essenciais para exercícios, manobras, desfiles ou ações de defesa” (MARX, 1980, p. 54).

As praças também têm se caracterizado nos dias de hoje como um espaço ora desconsiderado, ora muitas vezes, abandonado no espaço urbano, carecendo de zelo e sendo utilizado esporadicamente para fins que descaracterizam seu sentido em essência como local de encontro e convivência.

[...] a praça contemporânea é a antítese, a negação de uma praça, visto que essa, nascida como lugar essencialmente de encontro: físico, econômico, ideal cultural, foi reduzida a depósito de realidade embaraçada, inanimada e inalterada, local de passagem, no qual é impossível permanecer e menos ainda reunir-se. (PLAGANICA, 1995 *apud* DE ANGELIS, 2000, p. 43).

Ademais as praças públicas, principalmente nos grandes centros urbanos, perderam a atratividade que exerciam sobre a população, em vista da disseminação de novos padrões de consumo e lazer, representados, sobretudo, pelos *shoppings centers* e pela televisão. Neste contexto, a praça, enquanto meio de informação da sociedade, foi substituída pela televisão.

Ferrara (1993, p. 225) observa que a partir da segunda metade do século XX:

A praça, a avenida, a multidão, enquanto expressões públicas da cidade, foram substituídas pelas versões urbanas íntimas, demarca-se claramente o espaço individual separando-o do coletivo, e reivindica-se a demarcação significa dessa visão em nome da propriedade, da segurança, da tranquilidade íntima e da livre expressão.

Nessa nova imagem urbana colidem o público e o privado, prevalecendo o segundo sobre o primeiro, na medida em que agora, os espaços coletivos urbanos – praças, avenida, ruas, galerias, lojas e pavilhões - cedem lugar à habitação como espaço urbano da intimidade, espaço vedado, seguramente protegido por portões, grades, murros, múltiplos signos de vedação, o mundo da solidão, a casa como lugar onde nos escondemos.

Hoje, com as possibilidades de lazer oferecidas pela tecnologia à sociedade contemporânea, espaços públicos como as praças se tornam pouco frequentados, uma vez que as grandes cidades capitalistas não garantem a segurança da população e se estruturam pela divergência entre o público e o privado. Deste modo, para que a praça atraia o homem moderno, seduzido pelo mundo da informação tecnológica e por novas opções de lazer, “ela precisa incorporar a musicalidade de antigos coretos e resgatar a alegria das festas ancestrais, reinterpretando-as com equipamentos de lazer ativo que reproduzam a mesma animação, intensidade e vibração percebidas na televisão” (CASÉ, 2000, p. 63).

É neste sentido que o estudo tem como ponto central de análise as quatro categorias do método geográfico propostas por Milton Santos (1997): **estrutura, processo, função e forma**. Essas categorias nos possibilitam entender que o espaço é um produto social em permanente processo de transformação.

Para Santos (1997, p.52),

[...] a Geografia tende a ser cada vez mais a ciência dos lugares criados ou reformados para atender determinadas funções, ainda que a forma como os homens se inscrevem nessa configuração territorial seja ligada, inseparavelmente, a história presente. Se os lugares podem esquematicamente, forem os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar.

De acordo com Santos (1997), a forma é o aspecto visível de uma determinada coisa, ou seja, corresponde a um objeto ou um arranjo ordenado de objetos, por exemplo, uma favela, uma fábrica, um distrito industrial, ou, no nosso caso, “as praças de Campo Mourão”. Cada forma possui uma configuração social. Na maioria das vezes a forma permanece após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida; mas poderá, com o tempo, assumir papéis diferentes para adaptar-se ao momento histórico.

A função é caracterizada como atividade essencial de qualquer forma espacial, ou seja, é a tarefa ou atividade esperada de uma forma, por exemplo, o habitar, o lazer, o trabalho, e no caso das praças e dos parques, a função ecológica, o lazer, a estética. A relação existente entre as duas é direta, as funções estão materializadas nas formas e estas últimas são criadas a partir de uma ou várias funções.

Tanto a forma como a função não pode estar dissociada de um outro elemento que compõe a organização do espaço: a estrutura. Esta estabelece a inter-relação das diversas partes que compõem o social. Neste sentido, é fundamental a compreensão de cada período histórico para que se entendam as transformações ou a inércia das formas. Por outro lado, é a estrutura socioeconômica que acaba estabelecendo os valores dos diversos objetos geográficos, num dado momento histórico. A estrutura atribui valores e funções determinadas às formas do espaço.

Por sua vez, o processo é ação contínua que se desenvolve com a história. Neste sentido, envolve conceitos de tempo, continuidade e mudança. O tempo é considerado como processo que indica o movimento do passado ao presente e deste ao futuro, tornando-se uma propriedade da forma, função e estrutura. A praça tem sido moldada ao longo do tempo pela ação do homem, que cria e recria espaços com múltiplas funções e usos.

Em Campo Mourão, suas praças centrais – Praça São José e Praça Getúlio Vargas – constituem logradouros essenciais, não só no sentido de qualidade ambiental e paisagística

importante para a área central da cidade, mas também no de compor, juntamente com o templo religioso – a Igreja São José - o coração histórico a partir do qual se articulou e desenvolveu a própria cidade. A localização das duas praças no centro histórico da cidade as faz muito mais do que espaços livres e públicos destinados ao lazer da população, já que se constituem como locais por onde passa o cotidiano mourãoense desde as origens até os dias de hoje.

2. Metodologia

2.1. Materiais e métodos

Para a realização da pesquisa, primeiramente foram selecionadas as duas praças centrais e históricas de Campo Mourão – Praça São José e Praça Getúlio Vargas, que foram estudadas a partir de quatro categorias de análise espacial: **estrutura, processo, função e forma** - método geográfico proposto por Santos (1997). Essas categorias nos possibilitam entender que o espaço é um produto social em permanente processo de transformação. Consideradas em conjunto e relacionadas entre si, as categorias estrutura, processo, função e forma permitem a construção de uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1997).

As duas praças estudadas situam-se em uma área extremamente central de Campo Mourão, onde predominam atividades de comércio e serviços. Uma delas, a Praça São José, abriga a Catedral Diocesana São José, considerada um dos maiores símbolos históricos da cidade. Além disso, as duas praças centrais passaram por uma reforma conjunta em 2004, efetuada pela Prefeitura Municipal de Campo Mourão em parceria com o Governo do Estado do Paraná, com o especial objetivo de resgatar o sentido histórico e a funcionalidade desses logradouros.

Na organização da pesquisa adotamos os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica, levantamento de campo e análise dos dados levantados. Dessa forma foram realizados estudos bibliográficos de teses, dissertações, livros, artigos, revistas, jornais e artigos na internet relacionados às áreas verdes urbanas, com o objetivo de buscar fundamentação teórica para a sustentação e elaboração do estudo das duas praças centrais de Campo Mourão.

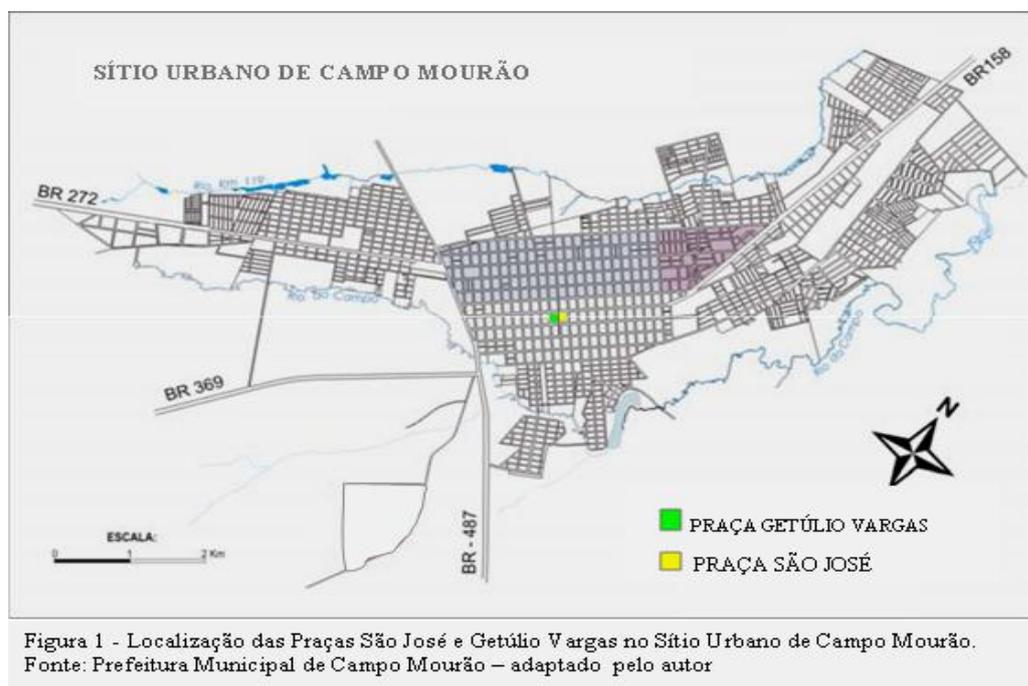
Foi realizado levantamento da memória das duas praças centrais, desde seus primórdios, sua construção, as revitalizações pelas quais passaram até sua configuração nos dias de hoje. Assim, buscou-se resgatar as mudanças ocorridas ao longo do tempo por meio de documentos originais, fotografias e artigos de jornais locais e regionais que descrevessem o período de construção das praças, sua evolução e a maneira de utilização destes espaços públicos e livres pela população.

Também foi necessário visitar os órgãos públicos responsáveis pela administração das duas praças centrais, com o objetivo de colher dados oficiais referentes a seu funcionamento e à legislação que as rege.

2.2. Caracterização do local

Campo Mourão é um município do Estado do Paraná localizado a 24°02'38" de latitude sul e a 52°22'40" de longitude oeste do Meridiano de Greenwich, com uma altitude média de 630 metros acima do nível do mar. De acordo com o IBGE (2009), a população de Campo Mourão é de 85.896 habitantes. O plano inicial da cidade foi traçado e estruturado a partir de um formato geométrico que lembra um tabuleiro de xadrez, com suas ruas alinhadas e quarteirões de igual tamanho.

A área estudada se constitui das praças existentes no centro de Campo Mourão/PR, que são contíguas e compartilham uma mesma rua – a Rua Brasil, que as delimita (figura 1). Caracteriza-se por ser uma área de grande atividade comercial e assim possui um intenso tráfego de veículos e circulação de pessoas.



2.3- Caracterização das praças

- **Praça São José:** localizada no centro, é uma praça delimitada por quatro vias públicas: as avenidas Capitão Índio Bandeira e Irmãos Pereira e as ruas Harrison José Borges e Brasil. Abriga a Catedral Diocesana São José.

- **Praça Getúlio Vargas:** antiga Praça 10 de Outubro, localizada também no centro, é uma praça delimitada por quatro vias públicas: as avenidas Capitão Índio Bandeira e Irmãos Pereira e as ruas Francisco Albuquerque e Brasil.

3. Início e evolução das praças São José e Getúlio Vargas

A história dos primórdios da cidade de Campo Mourão confunde-se em parte com a história de suas próprias praças mais centrais – Praça São José e Praça Getúlio Vargas, revelando a indissociabilidade dos dois logradouros como referenciais tipicamente urbanos e essenciais à organização do espaço da cidade. A história da transformação do espaço ocupado por suas praças é sem dúvida a amostragem mais significativa da história da transformação da própria cidade no decurso do tempo.

Assim é que levamos em conta também o fato de tais praças – Praça São José e Praça Getúlio Vargas – representarem equipamentos histórico-sociais representativos e indispensáveis à organização do espaço urbano de Campo Mourão. As duas praças ocupam a área central e se destacam no espaço urbano por configurarem áreas verdes que “quebram” a monotonia da cidade, possibilitando diferentes níveis e formas de convivência humana.

Entendemos que essas praças compõem formas espaciais criadas para desempenhar uma tarefa ou função que ao longo do tempo adquire diferentes significações sociais, conforme os diferentes valores que lhes atribui à estrutura socioeconômica. Foi com base nessa perspectiva, ou seja, na ideia de que o espaço é sempre transformado e produzido pela sociedade, adquirindo formas e funções que se modificam conforme a estrutura socioeconômica, que nos propusemos a estudar as praças em foco. As Praças São José e Getúlio Vargas constituem, sem dúvida, uma porção do espaço urbano de Campo Mourão que foi “modelada” no decorrer do tempo pela ação daquele que em essência produz a cidade: o homem. Santos (1997) lembra que “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção”.

No caso de Campo Mourão, suas praças centrais não só possibilitaram a organização de seu espaço, mas também sofreram as consequências imediatas de sua inserção no contexto da cidade como um todo, a partir das primeiras ruas, edificações, quarteirões, etc.

Passaremos agora a uma análise espacial das praças São José e Getúlio Vargas. Nossa base para tal estudo consiste em fotos de diferentes décadas que auxiliaram na compreensão das transformações ocorridas nessas localidades ao longo do tempo. Apesar de as fotos corresponderem a recortes espaciais dos espaços em questão, acreditamos serem elas os instrumentos mais adequados para obter resultados satisfatórios quanto à análise das praças, considerando-se as

categorias do método geográfico elaboradas pelo geógrafo Milton Santos (1997): estrutura, processo, função e forma.

De forma geral, historicamente, as praças também foram (e ainda são) caracterizadas como “espaços de conflito”, já que, sendo uma das formas básicas da organização do espaço urbano, sempre permitiram a convivência e encontro das mais antagônicas situações que se apropriaram do seu espaço para as diversas realizações sociais.

A dinamicidade social das praças é marcante quando se constata que duas situações antagônicas passam a coexistir no mesmo espaço: o profano (ou mundano) e o sagrado (ou religioso). Na história da urbanização brasileira temos que as praças surgiram a partir dos adros das igrejas, imprimindo a esses espaços uma conotação de cunho essencialmente religioso [...] Por outro lado, o caráter profano/mundano também acompanhou, e acompanha a evolução desses espaços públicos. É assim que, por exemplo, a praça medieval é o local do comércio e da espetacularização. [...]. É o caso, muito comum nos dias de hoje, de encontrarmos pregações religiosas na mesma praça em que se vê o comércio do sexo [...]. (De Angelis, 2000, p. 39).

Do nosso ponto de vista, no caso da cidade de Campo Mourão, suas praças centrais – Praça São José e Praça Getúlio Vargas – descreveram ao longo da história uma trajetória peculiar no que se refere à dinâmica do “sagrado” x “mundano”, como demonstraremos ao longo de nossa discussão.

O estudo das praças São José e Getúlio Vargas é mais do que indicativo de quanto é possível compreender o espaço citadino pelos equipamentos essenciais - principalmente os públicos - que o caracterizam, os quais, em uma análise mais acurada, são as “testemunhas” de que o espaço urbano, tendo como agente a sociedade, é sempre dinâmico, produzindo por meio de suas formas características, as suas diferentes imagens.

Iniciamos nossa análise partindo da década de 1940. Não fugindo à regra da maioria das cidades brasileiras, as praças que em Campo Mourão hoje ocupam posição de centralidade - Praça São José e Praça Getúlio Vargas - devem sua origem a um templo religioso católico – A igreja São José que já na década de 1940 (**figura 2**), mais precisamente em 1943, já se encontrava edificada no pequeno povoado e consistia em “uma igreja estruturada toda em madeira, inclusive a cobertura construída pelo pároco Padre Aloysio Jacobi” (SANTOS JR, 2009). A igreja ocupava a localidade mais alta e plana do sítio urbano. Aqui atentamos para uma característica comum à organização das cidades brasileiras em relação à localização dos templos religiosos, que quase sempre foram e continuam sendo edificados nos locais mais imponentes e em terrenos regulares, indicando que, mesmo nas origens de sua edificação, há sempre uma preocupação de que se situe em uma área que lhes confira destaque.

É então em torno da igreja São José (**figura 2**) que surge um espaço aberto e livre de construções, o qual no decorrer do tempo dará origem tanto à Praça São José como à Praça Getúlio Vargas, que na década de 1940 compunham um espaço único, aqui por nós convencionalmente chamado de “praça original”, satisfazendo apenas à condição de espaço aberto e livre a circundar o templo religioso.



FIGURA 2 - Aspecto da Praça São José em 1948.
FONTE: Acervo Jair Elias dos Santos Júnior, 2009.

Apesar de ainda pouco evidente, a Praça São José já começara na década de 1940 a definir seus contornos e formas essenciais que a fazem ser, especialmente nessa época, um meio de acesso à igreja, que não por acaso também, mesmo em tempos remotos, já reconhecia a importância de ter ao seu redor um grande espaço aberto que evoca a ideia de praça.

A ideia de se ter um espaço aberto no entorno de igrejas católicas não é caso particular de Campo Mourão, mas quase uma regra geral da construção dessas edificações no Brasil. De acordo com as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” (apud Marx, 1991, p. 22-23), promulgadas em 1707, que tratavam da localização das igrejas, “[...] esta deveria estar afastada das demais construções, e quando isso fosse possível, um espaço à volta se configuraria, sendo transformado, com o passar do tempo e com a evolução do povoado [...] em logradouro”.

É a partir da recém-edificada igreja São José que se configura um espaço circunjacente que no decorrer do tempo, depois de urbanizado e melhorado, dará origem tanto à Praça São José como à Praça Getúlio Vargas. A Praça São José, mesmo em sua delimitação precária, já vai se constituindo como espaço extensivo e complementar do elemento religioso, no sentido de que já nessa década se constituía como “ponto de encontro da convivência religiosa por meio de festas, romarias, quermesses, missas campais e outros ofícios religiosos”. (VEIGA, 2009, p.11).

Quanto à Praça Getúlio Vargas, verifica-se que, ainda na década de 1940, (**figura 3**) deve sua existência também à igreja São José, uma vez que satisfazia nessa década apenas a condição de

um espaço amplo e aberto que circundava o templo religioso, conferindo-lhe amplo destaque ante a evolução do próprio povoado.



FIGURA 3 – Aspecto da Praça Getúlio Vargas em 1947.
FONTE: Museu Municipal Deolindo Mendes, 2009.

É certo que na década de 1940 a divisão entre as praças era inexistente, pois na verdade só é possível evidenciar um espaço livre ao redor da igreja que evocava a função de praça. Nessa época nota-se que o espaço mais tarde ocupado pela Praça Getúlio Vargas é definido somente por elementos mais básicos que caracterizam a praça até hoje como o coreto

O historiador Pedro da Veiga (2003, p. 5) afirma que “em 1945 eram lançadas em definitivo, às bases do Patrimônio de Campo Mourão com o mapeamento da área [...], onde foram demarcados os primeiros quarteirões do futuro núcleo urbano”. A partir dessa época com o início da organização da cidade foram traçadas oficialmente as primeiras ruas, que já eram em tempos passados caminhos tortuosos abertos que separavam a praça das edificações dos pioneiros.

Nesse sentido, seguindo certo planejamento da nascente malha urbana de Campo Mourão, configurada na forma de tabuleiro de xadrez, define-se de maneira mais efetiva o tamanho dos quarteirões do município, que se consolidam especialmente a partir de 1950.

A organização da malha urbana da cidade na forma de tabuleiro de xadrez produziu quarteirões de igual tamanho e assim definiu oficialmente o local por onde passariam as ruas. Acontece que, seguindo tal modelo, uma rua teve de cortar o imenso espaço que historicamente podemos definir como “quintal da Igreja”, ou em seu sentido mais completo, a praça original. Esse logradouro, que foi chamado de Rua Brasil, em nossa discussão merece atenção especial, visto que

são a partir de sua consolidação que se delimitam os espaços (a princípio um espaço único em torno da igreja São José) que mais tarde abrigariam de maneira oficial as Praças São José e Getúlio Vargas (**figura 4**).

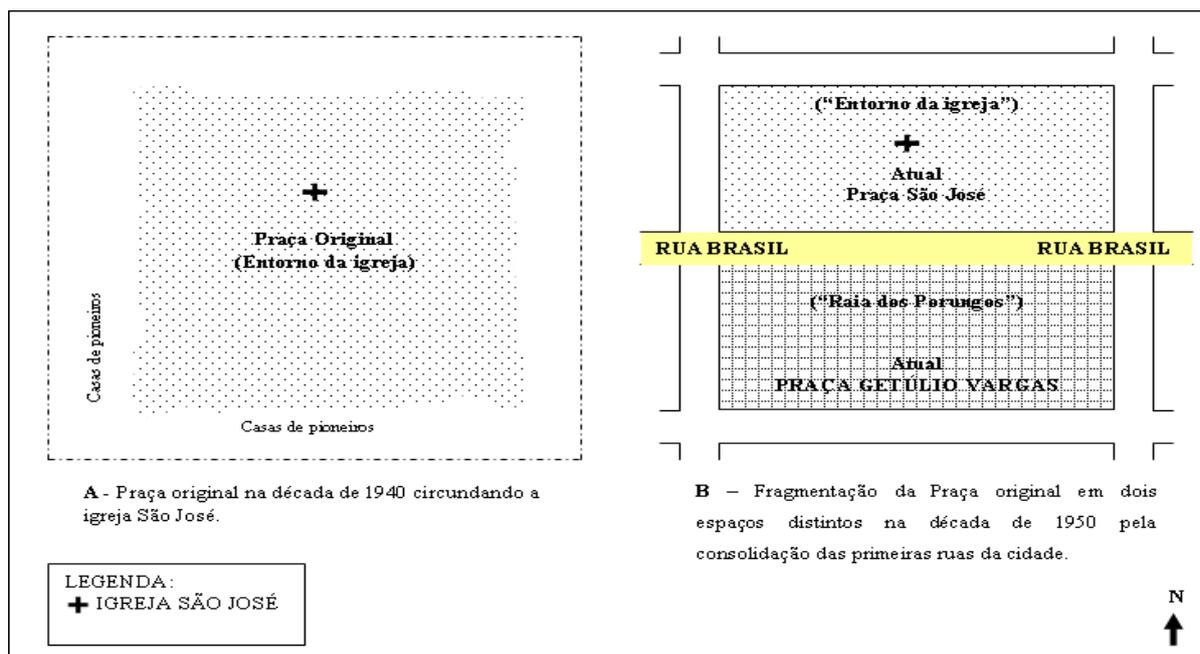


FIGURA 4 – ESQUEMA MERAMENTE EXPLICATIVO DA FORMAÇÃO DAS PRAÇAS SÃO JOSÉ E GETÚLIO VARGAS
FONTE: ELABORADO PELO AUTOR, 2009.

Seguindo tal perspectiva, a mais consolidada Rua Brasil corta o espaço que a princípio era um só, o entorno da igreja São José. Era o início de uma divisão espacial que deu origem de forma mais definida às “Praças São José” e “Getúlio Vargas”. Assim é que em 1950, com as ruas da cidade mais consolidadas, os espaços das “Praças” São José e Getúlio Vargas começam a apresentar diferenças quanto às suas funções.

Como era de se esperar, no espaço correspondente ao que hoje é a Praça São José, que é uma espécie de complemento direto da igreja e desde o início se procurou manter ocioso, para cumprir sua função histórica na constituição do espaço do “sagrado”, não se permitiu à construção de edifícios comerciais ou de qualquer outra ordem. Isso não quer dizer que o espaço não tenha sido ocupado por certas edificações que representam complementaridade da igreja ou que com ela mais “sintonizam”, desde que não se desfigurasse a idéia do lugar como espaço “sagrado”, como é o caso

do Colégio Vicentino Santa Cruz da casa paroquial (**figura 5**) no local onde hoje é a Praça São José.



FIGURA 5 – Vista do Colégio Santa Cruz em 1950.
FONTE: Acervo Pedro da Veiga, 2009.

Quanto à “Praça Getúlio Vargas”, a década de 1950 também é marcante, pois é especialmente a partir desse período que sua função se torna mais clara e diferenciada em relação à década anterior, quando satisfazia apenas a condição de espaço aberto em torno do templo religioso. O espaço hoje correspondente à Praça Getúlio Vargas, na década de 1950 já se mostrava descontínuo em relação à igreja, pela presença da Rua Brasil. Tinha uma função mais mundana, de espaço de lazer, e já era bem mais desconectado da influência religiosa, sendo conhecido como “Raia dos Porungos” (**figura 6**), onde “ocorriam corridas de cavalos e jogos de futebol” (VEIGA, 2009, p.2).



FIGURA 6 – Espaço conhecido como “Raia dos Porungos” em 1950 (atual Praça Getúlio Vargas).
FONTE: Acervo José Chicoski, 2009.

Na época, o espaço onde hoje está instalada a Praça Getúlio Vargas, apesar de ainda não ser efetivamente uma praça, já cumpria uma função de lazer mais eclética e “mundana” para o povo mourãoense, enquanto o espaço do entorno imediato à igreja (futura Praça São José) continuava a cumprir uma função de extensão tanto física (casa paroquial, Colégio Santa Cruz) como simbólica (espaço do “sagrado”) do elemento religioso. A Rua Brasil é essencial para entendermos a história das praças, não só porque passou a constituir uma fronteira física entre os espaços das “praças”, mas também porque significou a descontinuidade do “sagrado”, agora restrito ao quarteirão em volta do templo religioso da cidade ou “Praça São José”.

Ao analisarmos ainda a **figura 6**, referente ao espaço que hoje é a Praça Getúlio Vargas, encontramos ao redor da praça edificações mais elaboradas, como aquelas ligadas ao comércio. Assim, defendemos que a organização do espaço urbano de Campo Mourão teve como principal elemento articulador a igreja. Esta era o centro de um espaço livre e aberto, marcado pela convivência e encontro: a Praça original, “semente” das futuras praças São José e Getúlio Vargas, a primeira de caráter mais religioso e a outra de função mais eclética, o que estimulou grande fluxo de pessoas, que ora iam à missa, ora assistiam ou participavam das corridas de cavalo ou jogavam futebol.

Alguns anos depois, na administração municipal do prefeito Roberto Brzezinsk (1955 - 1957), o espaço da atual Praça Getúlio Vargas, antigamente conhecido como Raia dos Porungos, sofreu ampla transformação e nele se instalou de maneira oficial o logradouro que recebeu a denominação de Praça 10 de Outubro (seu antigo nome). Tal espaço deu lugar a uma praça característica (**figura 7**). Essa nova configuração se tornou mais evidente, mas o local continuou a cumprir a função que exercera desde a década de 1940: espaço de lazer. A praça ganhou arborização característica e planejada, um chafariz, um coreto, bancos, iluminação, calçadas em padrão geométrico (base arquitetônica mantida até os dias de hoje), além de uma série de outros mobiliários urbanos, indicando a ampla possibilidade de socialização oferecida por tal espaço.



FIGURA 7 – Praça Getúlio Vargas em 1960.

FONTE: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, 2009.

Na década de 1960, a Praça Getúlio Vargas⁵ (antiga Praça 10 de Outubro) já se mostra com uma função mais cívica e representativa dos principais eventos citadinos de Campo Mourão, sem dúvida extremamente laicos. Tanto isso é verdade que só o fato de a praça em seu passado ter sido denominada de Praça 10 de Outubro demonstra quanto ela se liga à representatividade da emancipação política do município.

A configuração da Praça Getúlio Vargas sugere a preocupação do poder público municipal em investir em um local que por sua beleza representasse um centro eclético de disseminação de suas funções político-sociais. “A maioria das campanhas eleitorais de Campo Mourão durante a década de 1950 a 1990 eram encerradas na Praça Getúlio Vargas” (SANTOS JR, 2009, p.23). Isso sem dúvida faz essa praça ter uma função diferenciada daquela da Praça São José. A Praça Getúlio Vargas adquiriu uma conotação ou função inclusive política, de modo a caracterizar-se como a “praça da cidade”, enquanto a Praça São José é a “praça da igreja”. Apesar das distinções apontadas acima, as praças confluem no sentido de corresponder aos movimentos da sociedade na produção de seu espaço.

Em 1954 iniciou-se a construção da nova igreja matriz de Campo Mourão em um “espaço ao lado da igreja original de madeira na Praça São José” (SANTOS JR, 2009, p.3). Então a Praça São José, além de abrigar o sagrado e/ou religioso (por ser o entorno da igreja e assim também de certa forma se prestar para fins religiosos), a partir de 1954, em virtude do processo de construção do novo templo religioso, transformou-se em um de canteiro de obras.

A partir da década de 1960, já mais esteticamente estruturada e bonita, a Praça Getúlio Vargas passou a representar para a igreja a beleza fundamental à qual sempre teve de se associar para atrair seus fiéis. Afinal, é de praxe a igreja ter a preocupação de embelezar seu entorno, talvez

como meio de “chamar a atenção”, mas sempre o faz mantendo em seu entorno – a Praça - uma conotação de espaço “sagrado”, que neste caso é separado da praça “mundana” (Praça Getúlio Vargas) por um limite físico: a Rua Brasil.

Quanto à Praça São José, foi só na administração municipal de Milton Luiz Pereira (1964 – 1967) que oficialmente ganhou caráter de praça. A praça conservou seu caráter de “espaço sagrado”, mas carecia de estruturas, constituindo-se apenas como espaço que abriga ao templo religioso. Era desprovida de bancos e de qualquer outra estrutura, afinal a catedral da cidade estava em obras e assim não havia a preocupação de embelezar seu entorno – a Praça São José.

Se por um lado, na década de 1960 a Praça São José carecia de infraestrutura, a Praça Getúlio Vargas era a maior representatividade de espaço de lazer e convivência da população mourãoense, marcado pela presença de grande quantidade de assentos, boa infraestrutura de iluminação, etc. A forma geométrica da praça a destaca dos demais logradouros da cidade, indicando a preocupação com o aspecto paisagístico.

Assim, “mundano” e “sagrado” convivem lado a lado, separados por uma rua – a Rua Brasil, que, apesar de ser um limite físico, ainda assim é transponível. A Praça Getúlio Vargas é denominada de “praça da cidade” no sentido de que é nela que se instala a maior identidade da cidade, sem o filtro da religião católica, e, além de sua função cívica e representativa, ela abrigou importantes equipamentos urbanos, como a antiga Estação Rodoviária Municipal.

É notável que mesmo em seus primórdios a Praça São José foi se organizando para atender à finalidade principal de ser um espaço, sobretudo complementar às instalações físicas e simbólicas da igreja, prestigiando sempre o elemento “sagrado”. Por sua vez, a Praça Getúlio Vargas acabou se definindo como um espaço de lazer mundano e eclético (local de afirmações políticas, econômicas, sociais, etc.), de maneira a representar a cidade na totalidade dos que dela fazem parte, e não sob o filtro de uma religião – no caso a católica -, representada pela igreja São José e, em sua extensão, a praça do mesmo nome.

A presença da Rua Brasil entre as praças acabou por fortalecer a idéia de divisão do espaço entre o “divino” (área do sagrado – Praça São José) e “mundano” (área um pouco mais afastada e separada da igreja pela Rua Brasil a qual poderia se voltar a práticas mais ecléticas e mundanas – Praça Getúlio Vargas), fato que se reflete intensamente nas funções diferenciadas de cada praça ao longo do tempo.

Na década de 1970, a rua que em nossa discussão merece tão grande atenção, ou seja, a Rua Brasil, ainda continuara sendo o limite físico entre o “sagrado” (Praça São José) e o “mundano” (Praça Getúlio Vargas), mas isso não significou nenhum obstáculo a que, especialmente durante o período de construção da Catedral, a igreja se “apropriasse” da beleza das estruturas funcionais da

Praça Getúlio Vargas (bancos, iluminação, elementos atrativos como chafariz, o coreto, etc.) para atrair seus fiéis.

O fato é que com a quase conclusão das obras da nova igreja matriz em 1978, o poder público municipal, na pessoa de Augustinho Vecchi (1977 - 1983), investiu na construção, entre as praças, de um calçadão que fechara a Rua Brasil, (**figura 8**) originalmente o limite físico entre a “praça da igreja” (espaço do “sagrado”) e “praça da cidade” (espaço do “mundano”). Em nosso entendimento tal atitude fortaleceu a idéia de que, com a Catedral pronta, também foi preocupação do poder público dar a ela um espaço bonito, ornamentado, “um quintal belo” – algo que já ocorria desde muito tempo: a Praça Getúlio Vargas, que agora materialmente se transformou em seu “quintal”, no sentido infraestrutural.



FIGURA 8– Vista das praças centrais de em 2001.

FONTE: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, adaptado pelo autor, 2010.

Por outro lado isso significou a descaracterização das duas praças como espaços diferentes, que, unidos por um calçadão (que inclusive desfigurou a malha urbana de Campo Mourão pelo fechamento da Rua Brasil), passaram a dar a idéia de uma única praça, tutelada pela igreja. Nesse momento, “mundano” e “sagrado” não encontravam mais uma barreira física e, apesar de ainda mais contidos em seus espaços originais, descaracterizam-se em sua definição, gerando confusão histórica à própria população, afinal entendemos que a construção de tal calçadão fez com que o passado histórico das praças fosse ignorado, especialmente para dar à imponente catedral um espaço belo e grandioso que incluía de maneira funcional a Praça Getúlio Vargas.

O descuido, em longo prazo, especialmente a partir de 1995, fez com que as praças São José e Getúlio Vargas (especialmente esta última) adquirissem novas funções e passassem a

designar o que chamamos de “espaço do prazer a céu aberto”, escondido sob a densa vegetação e arborização.

Na década de 1990 a Praça Getúlio Vargas se viu disputada pelas pouquíssimas famílias que, na falta de opções alternativas de lazer, insistem em ir à praça, e por aqueles que se apropriou do espaço especialmente para atividades ligadas ao prazer sexual (especialmente prostituição feminina), ou mesmo como dormitório (mendigos). Além desses, o local passou a ser ocupado também por outros grupos específicos, como idosos e aqueles comumente definidos pela sociedade como “marginais”, que se apropriavam do espaço público para uso e comercialização de drogas.

É necessário mencionar que o fechamento da Rua Brasil e sua substituição por um calçadão entre as praças fizeram com que o “mundano” e o “sagrado”, apesar de ainda, em essência manterem-se em seus espaços originais (“divino” na Praça São José e “mundano” na Praça Getúlio Vargas), passassem não mais a apenas conviver lado a lado, mas de fato a ocupar um mesmo espaço.

Em 2004, o poder público local de Campo Mourão resolveu revitalizar as praças (**figura 9**) para que novamente passassem a cumprir seus papéis tão característicos entre as décadas de 1950 a 1980, os quais se desfiguraram no período compreendido pela segunda metade da década de 1990. Tal processo que atingiu seu ápice em 2004, quando finalmente os dois logradouros públicos começaram a ser revitalizados, numa ação que o poder público costuma definir como o que, segundo De Angellis (2000), pode ser traduzido como “sanitarismo”.



FIGURA 9 – Vista das praças centrais em 2007.

FONTE: Museu Municipal Deolindo Mendes Pereira, adaptado pelo autor, 2010.

A grande polêmica gerada com o fechamento da Rua Brasil na década de 1980 foi novamente posta em pauta em 2004 e foi à chance para que muitas autoridades religiosas e pioneiras exigissem a reabertura daquela rua. Isso para nós é indicativo da necessidade de devolver a história às praças e, por extensão, novamente distinguir o “sagrado” do “mundano”. A Rua Brasil foi reaberta depois de permanecer fechada por mais de 20 anos pelo calçadão que no início dos anos de 1980 ligou as praças e as descaracterizou. Em princípio poderíamos supor que o “mundano” e o “sagrado” voltassem a se restringir a seus espaços originais, mas a estrutura socioeconômica e o contexto histórico já não eram os mesmos, e é nisso que focalizaremos nossa discussão.

Com a finalização da revitalização das praças observa-se que, quanto à forma, a Praça Getúlio Vargas recuperou seus moldes geométricos e equipamentos infraestruturais, passando novamente a ser frequentada por famílias, casais de namorados e até por crianças, que vão à praça acompanhadas de seus pais para brincar. Devolveu-se destaque a seus clássicos símbolos históricos, o coreto e o chafariz, que em décadas anteriores representavam o espaço em torno do qual gravitava o cotidiano e o lazer mourãoense de forma assídua.

Não obstante, mesmo com a revitalização e reabertura da Rua Brasil entre as praças, essa rua não mais conseguiu simbolizar um limite físico para o desenvolvimento das atividades originais dos espaços. Prova disso é que nos dias de hoje a prostituição feminina, por exemplo, não deixou de existir, apenas se tornou menos evidente e se transferiu de praça, ou seja, da Praça Getúlio Vargas (agora com espaço aberto) para a Praça São José, onde ainda é possível se “esconder” sob a vegetação.

Dessa maneira, o comércio de sexo, os eventos cívicos, políticos e sociais - característica mundanos - ocorrem na mesma praça onde também se presenciam pregações religiosas – a Praça São José, descaracterizando a sua função original, que se remetia somente ao abrigo do “sagrado”. Da mesma forma, a Praça Getúlio Vargas perdeu sua caracterização enquanto maior representatividade das funções cívicas, políticas e sociais da cidade, sendo nos dias de hoje muito mais apreciada em termos de lazer contemplativo e aproveitada especialmente pelos fiéis que dela usufruem em períodos que antecedem ou sucedem o horários das missas. Desfigurou-se também a sua imagem original de espaço estritamente “mundano”.

Atualmente é perceptível que mundano e sagrado” já não conseguem respeitar fronteiras (a Rua Brasil) e se mesclam no espaço das duas praças como um todo. O restabelecimento da Rua Brasil em 2004 não significou a integral recuperação da identidade histórica das praças, ou seja, da Praça São José como “praça da igreja” (ou “espaço do sagrado”) e da Praça Getúlio Vargas como “praça da cidade” (ou praça mundana), que se confundiram com a construção do calçadão na década

de 1980 e praticamente se fundiram pelas obras de revitalização em 2004, quando os logradouros foram reformados e pensados em caráter complementar um do outro, seja no sentido de funcionalidade seja no de equipamento urbano. Esses dois eventos foram extremamente decisivos para criar o que podemos denominar de “confusão espacial”, dando às duas praças irmãs nos dias hoje uma identidade que se faz não por uma função peculiar de uma em relação à outra, mas pelo seu conjunto e indissociabilidade, em suma, pela dinâmica do “sagrado” e “mundano” que nelas circulam livremente e ao mesmo tempo garantem uma identidade eclética única ao espaço formado pelas duas praças como um todo.

4. Considerações finais

A história da cidade de Campo Mourão confunde-se com a história de suas duas praças centrais, pois estas se constituíram como referenciais típicos para a organização do espaço da cidade, que se desenvolveu a sombra do templo religioso, isto é, a igreja São José. Sendo assim, as histórias das praças São José e Getúlio Vargas são indissociáveis, visto que possuem como ancestral comum à igreja, que desde a década de 1940 se preocupou em resguardar para si um grande entorno livre e “sagrado” que denominamos de praça original, com função essencialmente religiosa.

A partir da década de 1950, com a consolidação da malha urbana de Campo Mourão sob a forma de tabuleiro de xadrez, ocorreu à divisão do espaço da praça original por uma rua - a Rua Brasil - que dividiu a praça original praticamente ao meio e com isso definiu novas funções aos dois espaços distintos, que se formaram e se diferenciaram ao longo do tempo em suas formas.

Tendo como referencial a Rua Brasil, o espaço situado imediatamente em torno da igreja (hoje Praça São José) se manteve como a “praça da igreja” (adquirindo uma conotação sagrada), enquanto o outro, que sofrera uma descontinuidade do elemento religioso pela consolidação da rua, passou a constituir-se como um espaço de lazer “mundano” destinado à população, denominado de “Raia dos Porungos” (hoje Praça Getúlio Vargas), que caracterizamos como “praça da cidade”, e assim foi até o final da década de 1970.

Na década de 1980 um calçadão fechou a antiga Rua Brasil e ligou fisicamente as duas praças, mesmo que oficialmente passassem a representar dois logradouros distintos. A construção de tal calçadão tornou menos evidentes as funções das praças, que foram descaracterizadas em suas identidades, pois o “mundano” e o “sagrado” não conseguiram se restringir a seus espaços originais, já que a fronteira física que os distinguia – A Rua Brasil – fora fechada. Tal situação gerou a falsa ideia da existência de uma única praça, tutelada pela igreja, mesmo entre os próprios mourãoenses.

O restabelecimento da Rua Brasil em 2004 devolveu harmonia à malha urbana da cidade de Campo Mourão, mas, mesmo voltando a estabelecer um limite físico entre as duas praças, não significou a recuperação as respectivas identidades, ou seja, da Praça São José como “praça da igreja” e da Praça Getúlio Vargas como “praça da cidade”. Isto porque o calçadão que as uniu fisicamente em mais de 20 anos gerou confusão quanto à identidade das praças e conseqüentemente a “permissão” para que o “sagrado” e o “mundano” compartilhassem os mesmos espaços ou praças, que perderam suas funções originais. Além disso, a revitalização conjunta dos espaços em 2004 foi pensada ao todo e em sentido de complementaridade, o que contribuiu para que seu passado histórico fosse ainda mais ignorado e houvesse a descaracterização funcional dos logradouros.

As praças centrais de Campo Mourão - praças São José e Getúlio Vargas - foram sendo moldadas e transformadas de acordo com o momento histórico vivido e a estrutura socioeconômica em curso, atendendo a diferentes funções sob as quais se materializaram suas diversas formas. Isso nos indica e comprova que o espaço analisado foi socialmente transformado e não é um fragmento do espaço urbano, mas sim uma parte da totalidade da dinâmica da cidade que sem dúvida constitui a amostragem mais significativa do movimento da sociedade na produção do espaço urbano que é ao mesmo tempo histórico e cultural.

5. Referências

CAVALHEIRO, Felisberto; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas Verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana. **Anais...** Vol. I: Vitória, 1992.

DE ANGELIS, Bruno Luís Domingos de. **A Praça no Contexto das Cidades: o caso de Maringá-PR.** Tese de (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

FERRARA, Lucrecia D’Alesio. As Máscaras da Cidade. In: **Olhar Periférico: informação, linguagem, percepção ambiental.** São Paulo: Edusp/FAPESP, 1993.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. **As Praças de Ribeirão Preto-SP: uma contribuição geográfica ao planejamento e a gestão dos espaços públicos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

LIMA, A. M. L. P. *et al.* Problemas na utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: Congresso Brasileiro de Arborização Urbana, 2. São Luís. **Anais...** São Luís: Imprensa Emater/MA, 1994.

MARX, Murilo. **Cidade Brasileira.** Melhoramentos. Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. Cidade no Brasil terra de quem? São Paulo: Nobel/EDUSP, 1991.

MUSEU MUNICIPAL DE OLINDO MENDES PEREIRA. **Campo Mourão, informações gerais.** Campo Mourão, 2009.

NUCCI, João Carlos. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano**: um estudo da ecologia e do planejamento urbano aplicado ao Distrito de Santa Cecília (MSP), Tese (Doutorado em Geografia Física)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO. **Campo Mourão, informações gerais**. Campo Mourão, 2009.

ROBBA, F; MACEDO, S.S. **Praças Brasileiras**: Public Squares in Brazil. São Paulo. Edusp: Imprensa oficial do Estado. 2002.

SEGAWA, H. **Ao Amor do Público**: jardins públicos. São Paulo, Studio Nobel: Fapesp. 1996.

SANTOS JR, Jair Elias dos. **Historiografia de Campo Mourão/PR**. Disponível em: <<http://jairelias.blogspot.com/>>. Acesso em: 11 out. de 2009.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo. Nobel, 1992.

SIMIONATO, Edina (org.). **Principais Avenidas, Ruas, Praças e Logradouros Públicos de Campo Mourão, 1947 – 2007**: Biografias dos Homenageados (Edição Comemorativa aos 60 anos de Emancipação Político-Administrativa do Município). FUNDACAM, Campo Mourão, 2007.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: Centro do Progresso**. Maringá, 1999.

Recebido em: janeiro de 2012

Aceito para publicação em: julho de 2012